



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 18 11.05.2005

15 mil trabalhadores no 1º de Maio Internacional

Foi enorme o sucesso do Ato Internacional comemorativo do 1º de Maio em Foz do Iguaçu, na confluência das fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguay. Cerca de 15 mil pessoas participaram do ato (estima-se que mais de 20 mil pessoas passaram pelo local).

O ato foi organizado pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e reuniu trabalhadores argentinos, paraguaios e uruguaios, além dos muitos brasileiros de todos os cantos do país – um ônibus viajou 52 horas trazendo trabalhadores petroquímicos da Bahia.



Toda a intervenção política girou em torno de três eixos definidos pela coordenadora : “Integração real do Mercosul, Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres e Livre Circulação dos Trabalhadores” . E a questão central foi a criação de empregos no Mercosul, uma questão crucial que afeta todos os trabalhadores em todos os países do Cone Sul.

Um sucesso formidável e que mostra a maturidade alcançada pela organização

unitária dos trabalhadores do Mercosul. A Coordenadora é integrada pela CUT, CGT e Força Sindical - do Brasil; CTA e CGT da Argentina; COB da Bolívia; CUT do Chile; CUT do Paraguay e PIT-CNT do Uruguay .

Rafael Freire, secretário-geral da Coordenadora explica porque foi escolhida a cidade de Foz do Iguaçu. “Quisemos fazer um ato nessa região, tão importante no plano econômico e geopolítico e ao mesmo tempo tão conflituosa e sofrida, para dizer e mostrar que é possível avançar e concretizar a integração. Nós acreditamos na viabilidade e importância do Mercosul e defendemos como forma de buscar soluções para os problemas dessa região fronteiriça (contrabando, desemprego de mais de 30%, trabalho informal, conflito migratórios, etc) a instalação imediata de uma Câmara Setorial Regional (a exemplo da exitosa experiência da região do ABC paulista) coordenada pelas Prefeituras das três cidades fronteiriças (Foz de Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu), da qual participem os Ministérios econômicos, produtivos e sociais e as entidades empresariais, sindicais e sociais locais. ”



A Coordenadora tem tido um importante papel no processo integracionista do Mercosul, um papel ainda um pouco desconhecidos dos trabalhadores brasileiros. Foi graças principalmente ao seu trabalho que foi criado o Foro Consultivo Econômico e Social em 1994, que foi adotada a Declaração Sóciolaboral do Mercosul e se criou o Observatório do Mercado de Trabalho , em 1998 e que em 2004 a Cúpula Presidencial em Ouro Preto criou um grupo de trabalho para tratar da questão do emprego no Mercosul.

ABC : Nova página do Sindicato está no ar



Informação mais abrangente e maior facilidade na navegação. Estas são as características da nova página do Sindicato na Internet que entrou no ar nesta semana.

Acesse www.smabc.org.br e você poderá ler mais de cinco mil textos já publicados pela Tribuna Metalúrgica, nos últimos 16 anos. Do jornal também estão inclusas as últimas 311 edições em formato PDF (*portable document format*) e logo estarão disponíveis edições mais antigas.

Elaborada pela Interarte Comunicação (www.interarte.com.br), a nova página traz agora todo seu conteúdo por temas (editorias, seções). Assim é mais fácil encontrar os serviços prestados nos departamentos do Sindicato, os variados convênios, documentos, resoluções de Congressos, muitos deles acompanhados de imagens.

Outra novidade é que ao navegar no conteúdo, o internauta notará no final da notícia que o portal automaticamente seleciona e sugere o conteúdo relacionado ao tema em questão. (*Tribuna n° 1992*)

Um dos destaques da página é a possibilidade de assistir ao vídeo da comemoração dos 30 anos da posse da primeira diretoria de Lula, ato que contou com a presença de nosso presidente. Para assisti-lo você deverá ter o Windows Media Player instalado no seu computador. Acesse <http://www.bizmedia.com.br/smabc/index.asp>

Estrutura Sindical em debate

Seminário Estrutura Sindical no Brasil: Memória, Atualidade E Perspectivas

As discussões sobre a reforma sindical e as perspectivas de mudanças na legislação fizeram com que a temática Estrutura Sindical retomasse sua centralidade para o movimento sindical brasileiro. Por isso, este seminário é organizado numa perspectiva histórica e reflexiva, mostrando que os trabalhadores foram os principais protagonistas na origem e evolução da estrutura sindical e de uma legislação social no Brasil.

No seminário também haverá o Ato de depósito no CEDEM dos microfimes com os documentos da Comissão Organizadora do 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado pela Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906. A organização, microfilmagem e disponibilização dessa documentação são resultados da parceria entre o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional e o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

Dia: 23 de maio de 2005.

Horário: 14 às 18 horas

Local: Auditório da CUT

Rua Caetano Pinto, 575 – 1º andar – Brás – São Paulo

SEMINÁRIO



**ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL:
MEMÓRIA, ATUALIDADE E PERSPECTIVAS**

GM começa a negociar corte de produção

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, disse que começarão na quinta-feira as negociações com a General Motors (GM) para redução no ritmo de produção na fábrica local. A GM pretende reduzir a produção de 46 carros por hora para 40 por hora, porque as vendas no mercado interno não crescem na velocidade adequada. A subsidiária brasileira estaria sendo pressionada a cortar custos e a dar lucro. A GM do Brasil não comentou o assunto. (*O Estado de S.Paulo, 11.05.2005*)

Juros : Anfavea engrossa lista de críticos

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) juntou-se ao coro dos descontentes em relação ao câmbio. O presidente da Anfavea, Rogélio Golfarb, declarou ontem, em São Paulo, que a queda do dólar em relação ao real tornou-se uma questão muito séria para as montadoras, já que as exportações têm sustentado a produção em alta.

"O câmbio prejudica a rentabilidade do setor; a indústria está sob ameaça, com um ambiente de negócios não muito favorável", afirmou. Segundo ele, a defasagem entre o aumento de custos e a desvalorização do dólar foi de 46% de janeiro de 2002 a março de 2005. A rentabilidade das montadoras com as exportações caiu 15% em 2005 em relação a 2003. Golfarb defende o câmbio em torno de R\$ 3.

O presidente da Anfavea explicou que os resultados das exportações, recordistas no último quadrimestre, ainda não foram afetados pela questão cambial porque estão sendo embarcados veículos negociados há alguns meses. No entanto, o cenário para os próximos meses é preocupante. "Estamos vivendo um período inercial; ninguém vai cancelar contratos de um dia para o outro, mas o futuro é incerto", disse ele.

Ele ressaltou ainda que a indústria automotiva nacional tem ociosidade em torno de 35% e que enfrenta grande concorrência com outros produtores de veículos compactos, como China e Polônia. Além disso, o Brasil ainda não fechou novos acordos bilaterais para estimular o crescimento das exportações. (*Tribuna da Imprensa, 06.05.2005*)

Montadoras batem recorde, apesar do dólar

Aguinaldo Novo

As montadoras registraram volume recorde de produção e de exportação no primeiro quadrimestre deste ano. De acordo com dados divulgados ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a receita com exportações, carro-chefe do setor, chegou a US\$ 3,18 bilhões, 35,9% a mais do que no primeiro quadrimestre do ano passado. Já a produção de veículos somou 771,3 mil unidades de janeiro a abril, 14,7% a mais do que no mesmo período de 2004.

Em abril, a produção foi de 203,4 mil carros, com queda de 6,9% na comparação com março. Segundo a Anfavea, a diferença se deve ao menor número de dias úteis em abril (20, contra 22 em março). Feito o ajuste, o resultado passa a ser de crescimento de 1,3%. O mesmo raciocínio vale para as vendas no mercado interno, que foram de 137,7 mil unidades no mês passado, 7,9% a menos que em março. Descontando o fator calendário, as montadoras fecharam com o mês com alta de 2,4%.

A Anfavea voltou a dizer que o vigor das exportações, que têm sustentado o ritmo de atividade nas linhas de montagem, está sob ameaça por causa da contínua desvalorização do dólar frente ao real. A entidade também divulgou ontem dois estudos, um da FGV e outro da Funcex, para reclamar que o setor perdeu rentabilidade nas exportações.

— A rentabilidade das exportações foi pulverizada, destruída — disse o presidente da Anfavea, Rogelio Golfarb.

O estudo da FGV faz uma comparação entre os custos na compra de insumos e a queda da cotação do dólar entre dezembro de 2001 e março deste ano. O descompasso seria de 46,5%. Já o levantamento da Funcex indica uma perda de rentabilidade de 34,6% nas exportações em dólar, considerando o pico nas cotações da moeda — em meados de 2002, quando chegou a R\$ 4, pressionado pelo nervosismo que antecedeu a eleição presidencial.

— E quando você fica no vermelho, o que acontece é que você pára de investir — disse. COLABOROU Eliane Oliveira (*O Globo, 09.05.2005*)

O presidente e os juros

Paulo Nogueira Batista Jr.

Os juros e o combate à inflação foram temas centrais da entrevista coletiva do presidente da República na sexta-feira passada. O presidente procurou, por um lado, endossar a política do ministro Palocci. Por outro, deixou transparecer a sua inquietação com alguns problemas, particularmente com o nível das taxas de juro no país.

A inquietação é compreensível. Os juros brasileiros são anômalos para qualquer padrão internacional de comparação, como procurei explicar no artigo da semana retrasada ("Insistindo no erro", *Jornal do Brasil, 22 de abril de 2005*).

Diferentemente do que talvez pensem o presidente e sua equipe econômica, não parece possível atribuir essa anomalia à taxa de inflação brasileira. Integrantes da Fazenda e do Banco Central costumam apontar a inflação como responsável pela taxa de juro real elevada, condicionando a diminuição da segunda à convergência da primeira aos níveis observados no resto do mundo.

Tem fundamento essa argumentação? Aparentemente, não. É verdade que a inflação no Brasil ainda é relativamente alta em comparação com a da maioria dos outros países. Mas o diferencial de inflação é muito inferior ao diferencial de juros reais.

A desproporção é imensa, mesmo quando deixamos de lado os países desenvolvidos. A taxa de inflação brasileira é de cerca de 7,5% contra uma média de 5% nos principais países ""emergentes"". Já a taxa de juro real brasileira alcança mais de 13% contra uma média de 2% nos ""emergentes""!

Seja como for, é significativo que o presidente tenha reconhecido como um dos principais erros do seu governo não ter conseguido, até agora, que ""os juros não sejam o único padrão de controle da inflação"". Lula não entrou em detalhes, mas declarou que está buscando outros caminhos e instrumentos para combater a inflação - sem pirotecnias, apressou-se a ressaltar.

Ótimo. O caminho atual tem sido extremamente destrutivo. E não há dúvida de que existem alternativas não-pirotécnicas.

Uma maneira de abordar a questão é decompor a taxa de inflação em três componentes principais: a) a inflação dos preços livres domésticos; b) a inflação dos preços livres transacionáveis internacionalmente; e c) a inflação dos preços administrados ou monitorados por contrato.

A política de juros atua basicamente sobre os dois primeiros componentes. Reduz o primeiro via compressão da demanda agregada e o segundo via valorização cambial. O preço que se paga é a retração da atividade econômica e a deterioração do balanço de pagamentos em conta corrente. Além disso, há efeitos colaterais adversos sobre o custo da dívida pública e a distribuição da renda nacional, como expliquei no artigo acima citado.

Que outros caminhos seriam possíveis? Que outros instrumentos acionar? Vamos dar alguns exemplos.

Primeiro: não tentar forçar a convergência rápida da inflação aos níveis internacionais. Objetivos menos ambiciosos e uma aplicação mais flexível do regime de metas para a inflação permitiriam sobrecarregar menos a política de juros.

Segundo: o terceiro componente acima referido, que responde por quase um terço do IPCA, é praticamente insensível à política de juros, sobretudo no curto prazo. Grande parte do problema está no regime de indexação (com uso de índices inadequados, como o IGP) para reajustar preços em áreas como energia, telecomunicações e outras. Muito da inflação recente deriva dos acentuados aumentos desse tipo de preço. O governo Lula já deveria ter iniciado, há muito tempo, um processo de revisão das regras de indexação, herdadas das privatizações do tempo de Fernando Henrique Cardoso.

Terceiro: os impostos de importação e exportação podem ser usados para conter o segundo dos componentes da inflação, isto é, os preços comercializáveis internacionalmente. O presidente fez referência à diminuição das tarifas de importação sobre o aço. Outras tarifas podem ser diminuídas, de maneira seletiva e temporária, para conter a alta de preços externos de produtos importados. Os impostos de exportação podem ser aumentados, também seletiva e temporariamente, para conter a alta dos preços internos de produtos exportáveis que estejam sob pressão no mercado internacional. Os excelentes resultados da balança comercial abrem espaço para usar esse tipo de instrumento.

Quarto e último exemplo: a diminuição das taxas de juro e o crescimento da economia que dela resultaria tenderiam a melhorar os resultados das contas públicas. Se o governo se valesse desse espaço para reduzir impostos indiretos sobre bens ou serviços domésticos, produziria um choque de oferta positivo, o que contribuiria para conter a inflação e, simultaneamente, estimular a atividade econômica.

Essas e outras iniciativas seriam perfeitamente capazes de abrir espaço para taxas de juro mais civilizadas no Brasil.

Uma dúvida, entretanto: será que os donos do poder econômico-financeiro têm interesse real nisso?

*Paulo Nogueira Batista Jr. (pnbjr@attglobal.net) é economista e professor da FGV em São Paulo. Artigo reproduzido da Agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br). (*Jornal do Brasil*, 06.05.2005)

Para Pastore, conter o dólar é "arrocho" salarial

Para o economista Affonso Celso Pastore, quem defende que o governo atue para conter a queda do dólar, na prática, está propondo um "arrocho" nos salários dos trabalhadores e uma redução dos investimentos na economia.

Em palestra no Fórum Nacional, no Rio, Pastore afirmou que a valorização do dólar eleva os preços de produtos importados ou com cotações internacionais, reduzindo o poder de compra da população. Ao mesmo tempo, eleva também os preços de máquinas e equipamentos, ao tornar as importações mais caras.

Com isso, o país perde em duas pontas: na do consumo e na dos investimentos, indispensáveis, segundo ele, para sustentar o crescimento.

Exportador

Ele não falou diretamente, mas seu discurso é uma resposta ao setor exportador que pede ao governo atuação mais firme para segurar a queda do dólar.

Segundo Pastore, o superávit em conta corrente obtido pelo atual governo foi feito à custa da diminuição do consumo e dos investimentos, já que as importações se retraíram em boa medida por causa da retração das compras de máquinas e equipamentos. (Da Sucursal do Rio) (*Folha de S. Paulo*, 10.05.20005)

Pirotecnia no Câmbio

Juro real estratosférico deprime dólar e vai afetar exportação brasileira

Por Márcia Pinheiro

Alguém precisa alertar o presidente Lula. A despeito de sua declarada aversão a "pirotecnias" na área econômica, está em curso um novo espetáculo perverso, em que ignorar a realidade voltou à cena. O alvo declarado é a taxa Selic, hoje em 19,5% ao ano, mas o câmbio tornou-se a bola da vez, vítima da excessiva sisudez do Banco Central (BC). Fechou na quinta-feira a R\$ 2,465, nível do ex-presidente do BC Gustavo Franco. O juro real na casa dos 13% ao ano pode prejudicar a única mola propulsora do desenvolvimento recente do Brasil: a balança comercial.

Os números das exportações de abril já acenderam o sinal amarelo em consultorias e instituições financeiras. O ótimo superávit comercial, de US\$ 3,876 bilhões, registrado em abril, esconde o início de um processo de perda de competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Por ora, o que segura a pujante balança são os produtos básicos, muitos dos quais commodities, cujos preços – ainda em alta – são ditados pelas bolsas de futuros internacionais.

Na comparação com março, em abril as vendas dos básicos cresceram 36,7%, pela média diária, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Já as exportações dos semimanufaturados recuaram 3,4%, com destaque para o tombo de 16,6% do açúcar em bruto. E as vendas dos manufaturados aumentaram apenas 1,3%, com os laminados planos recuando 14,3% e os calçados, 5,7%.

O diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Heitor Klein, lembra que os efeitos do real valorizado ainda não estão totalmente evidenciados, uma vez que a balança de abril reflete os negócios fechados em setembro e outubro do ano passado. Com ele concorda Cesar Borges de Sousa, vice-presidente da maior processadora de grãos de capital nacional, a Caramuru Alimentos. "O produtor agrícola plantou com um câmbio a R\$ 2,80 e vai vender a R\$ 2,50", diz.

Não se trata de mera choradeira. Como gosta de dizer o superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, "taxa de câmbio de equilíbrio é aquela da qual reclamam importadores e exportadores. Hoje, só os exportadores estão reclamando". Desta vez, esses mascates do Brasil no exterior têm os números a seu favor.

A apreciação do real está em processo acelerado, qualquer que seja a base de comparação. Somente de janeiro a abril deste ano, a moeda nacional apreciou 7,14% em relação ao euro, 3,51% ante o dólar e 4,83% na comparação com uma cesta de 17 moedas (tabela). Cai por terra, assim, a defesa do governo de que a questão da desvalorização do dólar seria assunto só do presidente do Federal Reserve (BC americano), Alan Greenspan. Não é. É do governo Lula também.

O Banco Central nega, mas ao insistir que foca apenas as metas de inflação, de 5,1% ajustados este ano e de 4,5% em 2006, esconde que usa o câmbio para fazer política monetária. Por isso, eleva os juros básicos da economia, uma vez que, para este ano, o mercado prevê 6,28% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal purismo exacerbado – de perseguir as metas a ferro e fogo – parece desconhecer que cerca de 40% da inflação anual brasileira é dada pelos preços administrados, que juro nenhum consegue reduzir.

A armadilha do juro alto tem evidente impacto sobre a dívida mobiliária federal interna. Nada menos que 56,98% do estoque total de R\$ 873,61 bilhões é corrigido pela taxa Selic, segundo dados do Tesouro Nacional relativos a março. Por isso, a opção de comprar dólares no mercado, abandonada pelo Banco Central em 17 de março passado, é controvertida, uma vez que os reais que entram no sistema precisam ser esterilizados por intermédio de colocação de mais títulos de dívida em poder do mercado.

O juro real obscuro coloca os exportadores em xeque-mate. Fernando Pimentel, da Abit, cita a China como o perigo iminente. O gigante tem uma política explícita de manter o yuan desvalorizado e deve encerrar 2005 com vendas externas da cadeia têxtil da ordem de US\$ 110 bilhões, um massacre ante os pouco mais de US\$ 2 bilhões performados pelo setor exportador brasileiro no ano passado. Heitor Klein, da Abicalçados, alerta que o outro lado da moeda também é verdade. Real valorizado implica aumento de importações de calçados – China com linhas populares, Itália e Espanha, mais sofisticadas. Nos cálculos de Klein, o valor do dólar hoje já anula o imposto de importação desses produtos, que varia de 19% a 20%.

Mais afortunada, a Caramuru diz que o setor de grãos não tem dificuldade para vender, segundo Cesar Borges. Mas perde em rentabilidade. No seu caso, entretanto, o perigo mora literalmente ao lado, na Argentina, que vem ganhando terreno nas exportações de produtos mais elaborados e com maior valor, como óleo e farelo. Ao Brasil acaba restando vender soja em grão, menos lucrativa.

O secretário-geral da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), Fernando Moreira Ribeiro, questiona a equipe econômica: “Será que eles não têm outro instrumento para conter a inflação?” Na sua avaliação, o setor açucareiro ainda se beneficia do mercado externo porque os grandes produtores mundiais, por questões climáticas ou financeiras, estão fora do mercado, como Índia, Tailândia e Austrália. Mas esse cenário não dura para sempre.

Ponderado, o ex-diretor do Banco Central e consultor de empresas Emílio Garófalo Filho vê dois tipos de setores exportadores: os dolarizados e os não dolarizados. Para os primeiros, como o automobilístico e o de aviação, sua pauta de importação também é generosa, o que propicia um certo equilíbrio financeiro. “Se está ruim para exportar, está bom para importar”, diz. Esses players acabam tirando vantagem da Selic alta, pois tomam dinheiro a 5% ou 6% ao ano, por meio de Contratos de Adiantamento de Câmbio (ACC), e aplicam em renda fixa. O saldo é polpudo, em torno de 15% ao ano. Já os setores não dolarizados, como o calçadista e o têxtil, inevitavelmente amargam prejuízo ou perda de participação no mercado externo.

Esse pequeno truque de arbitragem tem uma contrapartida muito ruim para fornecedores de insumos nacionais. De acordo com Humberto Barbato, diretor de Comércio Exterior do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), está havendo uma substituição de matéria-prima doméstica pela importada. “É a maneira de se recompor margens”, justifica. Ainda assim, Barbato pondera que nem todos os setores podem usar dessa saída – danosa para a cadeia produtiva – por serem de mão-de-obra intensiva. Além disso, o diretor do Ciesp considera uma missão quase impossível negociar preços com o comprador externo. “O exportador não sabe que câmbio colocar, “É um equilíbrio precário”, admite Garófalo, que pode perdurar enquanto o resto do universo trabalhar a favor do Brasil. “Não é eterno”, afirma. Mais contundente, Fernando Moreira Ribeiro, da Unica, diz que o governo Lula apenas navegou em águas tranquilas nos últimos dois anos pela farta liquidez no mercado internacional. Segundo Garófalo, o governo está certo em aproveitar o momento atual. Mas, alerta, ninguém imagina que as taxas de juro americanas, que já foram aumentadas para 3% ao ano, na terça-feira 3, vão parar de subir ao longo deste ano. (*Carta Capital*, 07.05.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>